

# Conversa não muda o panorama

Gerson Menezes

A demonstração de boa vontade do presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, que chamou para conversar ontem os líderes do PFL na Câmara e no Senado, José Lourenço e Carlos Chiarelli, não chega a mudar o panorama que resultou da verdadeira batalha campal da última quarta-feira: esse "diálogo" não anula a convicção, entre as lideranças do Congresso, de que a Aliança Democrática está definitivamente morta e sepultada em termos de Constituinte, embora persista a esperança de que ela sobreviva quando a discussão seja "conjuntural", ou seja, em torno de assuntos da realidade sócio-econômica que afligem o governo.

A divisão de forças — de um lado, o bloco, ou "partido", de Sarney, e de outro o grupo mais ligado a Ulysses Guimarães — parece haver evidenciado apenas que o único caminho passa a ser da negociação, uma vez que o confronto coloca todos diante de desdobramentos imprevisíveis. Parlamentares do PFL que analisaram o comportamento de Ulysses no dia seguinte ao confronto em torno do Regimento da Constituinte revelavam-se no entanto convencidos de que "não vale a pena se iludir": o episódio revela apenas mais um lance de habilidade do experiente presidente peemedebista, que demonstra essa "boa vontade" apenas para enfraquecer o poder de mobilização dos contrários, ou

seja, dos que não aceitam o substitutivo de Fernando Henrique Cardoso sem as alterações propostas pelos conservadores. Essas lideranças acreditam que, "negociações" à parte, Ulysses não aceitará ceder um milímetro apenas em torno, por exemplo, do artigo 7º do parágrafo 57, que dispõe sobre as "matérias de relevância", sob pena de se desgastar junto ao grupo que o apóia. A disputa será, novamente, no voto, com cada grupo preparando-se para ganhar mais aliados.

O balanço numérico em torno do caso específico do substitutivo de Fernando Henrique cria um embaraço para o PFL: ele contaria, para rejeitar o parágrafo 7º, com a totalidade de sua bancada (132 constituintes), acrescida dos 19 constituintes do PTB, de cerca de 34 do PDS, de mais 3 ou 4 votos de outros pequenos partidos (como PL e PDC) além de cerca de 100 votos (segundo estimativas pefelistas) no próprio PMDB, o que resultaria em apertada margem acima dos 280 necessários. O embaraço, no entanto, está no novo entendimento de que esse grupo teria que ter, declarados, os 280 votos para derrubar o parágrafo 7º, o que colocaria em situação de constrangimento os presumíveis 100 parlamentares do PMDB, a quem seria exigido mais apenas a ausência de plenário, mas o voto contrário à matéria do seu próprio partido.

O caso específico do regimento não tira a confiança do líder, José

Lourenço, no entanto, que disse ontem contar com maioria "para aprovar qualquer coisa", embora não esteja disposto — segundo sua expressão — a usar essa maioria contra ninguém, mas apenas se utilizar da "força do entendimento". Há uma nítida intenção de blefar, como sempre ocorre entre adversários mesmo fora de uma mesa de pôquer, e a situação permanece a mesma quando não se trata do caso específico do regimento.

Há ainda a impressão, detectada em certos setores, de que saiu fortalecida a liderança de Carlos Santana, que, se não comanda o PMDB, "pelo menos já conta com seu Exército", segundo expressão de um parlamentar. Esse "Exército", que se aliará ao PFL "em questões de princípios" — como dizem os liberais — contaria hoje com cerca de 60 a 70 componentes, que se somariam ainda aos conservadores dos pequenos partidos para formar o "partido" informal do presidente Sarney. Um detalhe que não pode ser esquecido, porém é de que esse "partido" permaneceria cioso em defesa de princípios "governistas", mas poderia se alterar em função de matérias especificamente ideológicas, como por exemplo a questão da reforma agrária.

Nesse aspecto, o deputado Jayme Santana (PFL-MA) expõe uma tese de considerável precisão: "Eu acredito — diz ele — na formação de blocos, mas não na formação de um monobloco".